

Consulex: R Jurd
v.14/n.332 nov
2010

REVISTA JURÍDICA

ANO XIV - Nº 332
15 DE NOVEMBRO DE 2010

consulex®

WWW.CONSULEX.COM.BR

EDITORA
CONSULEX

R\$ 19,75



Simplificação da linguagem jurídica

Questão técnica ou imperativo ético?



ENFOQUE
OSVALDO AGRIPINO JR.
LOGÍSTICA PARANAENSE
REGULAÇÃO E GARGALOS



PORTAL JURÍDICO
HUMBERTO GOMES DE BARROS
BLOCO VI
O PRIMEIRO FÓRUM



CONJUNTURA
WELBER BARRAL
A PRESENÇA DO
BRASIL NO MUNDO



ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

“O Fórum desapareceu, a família forense sofreu impiedosa diáspora: espalhou-se; dissolveu-se; multiplicou-se em diversas nações, cujos membros já não se conhecem nem falam a mesma língua. Como os descendentes da mítica Babel, tendem a olhar com desconfiança os demais grupos.”

■ POR HUMBERTO GOMES DE BARROS

Prédios enormes, salas amplas, espaços luxuosos, múltiplos auditórios, grande número de magistrados, tribunais gigantes em suas composições. É assim o Poder Judiciário no Distrito Federal. Quem o conhece atualmente, sem dúvida não acreditaria se ouvisse dizer que praticamente todos os órgãos judiciais sediados no DF já funcionaram juntos, em um só desses blocos da Esplanada dos Ministérios (que ainda não possuíam anexos a eles ligados por passadiços sobre as ruas N-1 e S-1).

Pois eu desafio a incredulidade. Afirmo e digo mais: entre 1960 e 1965 o Bloco VI¹ acolhia não somente os órgãos do Poder Judiciário. Nele também se abrigavam a Ordem dos Advogados do Brasil e o Ministério Público (tanto local quanto federal). Excluía-se dessa regra apenas o Supremo Tribunal Federal e a Justiça do Trabalho. Para nós, advogados, o Bloco VI era o “Fórum”.

Quem se habituou às dimensões atuais, imaginará o primeiro Fórum brasiliense como uma “lata de sardinhas” ou um ônibus em horário de *rush*: pessoas, máquinas e autos, acumulados uns sobre os outros, numa balbúrdia inominável.

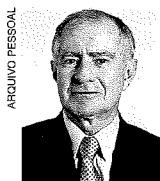
Pelos atuais padrões, semelhante impressão está longe de constituir disparate: de fato, o Bloco

VI é menor do que qualquer um dos prédios que hoje abrigam os tribunais sediados em Brasília.

Num exercício de memória, arrisco-me a traçar o mapa da ocupação de nosso primeiro Fórum. No térreo e nos quatro primeiros andares funcionavam o Tribunal Federal de Recursos, a Ordem dos Advogados do Brasil (ocupava três ou quatro salas – cedidas pelo TFR – no quarto andar) e a Procuradoria-Geral da República (também no quarto andar); o Tribunal de Justiça do Distrito Federal ocupava o quinto andar, onde também funcionavam o tribunal do júri e a vara criminal; o sexto pavimento reservava-se à Justiça de Primeiro Grau. Nele funcionavam duas varas da Fazenda Pública, a vara cível, a criminal, a de menores, órfãos e sucessões, e a de acidentes do trabalho; o Ministério Público do Distrito Federal ocupava o sétimo andar.

Não recorro, com segurança, em que pavimento funcionava a Auditoria Militar. Estou certo, entretanto, de que a Justiça castrense ocupava os andares mais altos.

Se contarmos individualmente os juízos de primeiro grau, o número subirá para treze. De fato, o Bloco VI abrigava treze órgãos ligados à distribuição de justiça.



HUMBERTO GOMES DE BARROS é

Ministro do Superior Tribunal de Justiça, aposentado. Foi Presidente do STJ e do Conselho da Justiça Federal. Membro da Academia Alagoana de Letras. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. Membro da Academia Brasiliense de Letras. Autor de diversas obras jurídicas e literárias.



BLOCO VI – O PRIMEIRO FÓRUM

Treze órgãos funcionando em um só prédio!

– Completo absurdo! Mentira descarada! Murmurará, perplexo, quem se acostumou com os padrões atuais.

O espanto aumentará quando tal ouvinte perceber que o Bloco VI é menor do que qualquer das três torres que compõem a atual sede do Superior Tribunal de Justiça!

Crescerá ainda mais, quando lembrar que naquela época não existia a Justiça Federal e que as varas da Fazenda Pública eram a primeira instância nas causas envolvendo a União Federal.

Tudo, entretanto, funcionava harmonicamente, sem apertos, atritos, nem aperreios. Havia tempo para juízes, advogados, promotores, procuradores da República e serventuários trocarem cumprimentos, conversarem, manterem contatos amistosos. Os juízes ainda não se haviam recolhido às “torres de marfim”.

Ali, a portas abertas e sem agendamento, os advogados entrevistavam-se com magistrados. Desembargadores e Ministros do TFR mantinham gabinetes exíguos (antessala onde atuava a secretária e a sala do magistrado).

Os juízes de primeiro grau despachavam, normalmente, na sala de audiências (algumas varas sequer dispunham de gabinete reservado). Com raríssimas exceções, ninguém sofria da *juízite* que agora atinge grande parte de nossos magistrados (hoje, instaurou-se uma epidemia de *procuradorite* e *promotorite*, atingindo considerável parcela do Ministério Público).

Era comum os advogados se aproximarem dos magistrados, apenas para um rápido “boa-tarde” que, às vezes, estendia-se em diálogo sobre fatos atuais ou comentários sobre resultados de jogos no Rio, Minas ou São Paulo. Não era raro descerem – juiz e advogado – para um cafezinho na cantina do quinto andar (no prédio sobrava espaço para uma cantina). Havia cordialidade, respeito e confiança. Não se ouvia falar em conluios. Nem por isso os processos remanchavam nos escaninhos. Havia, de fato, uma família forense.

ACROMEGALIA

Dir-se-á que o atual distanciamento entre os integrantes da família forense é corolário do crescimento da Capital brasileira. Tal diagnóstico é parcialmente correto. Em verdade, naquela época, a população do Distrito Federal (Brasília e cidades-satélites) mal atingia quinhentos mil habitantes. Hoje, ao que parece, o velho Quadrilátero Cruls abriga cerca de quatro milhões de pessoas. Por outro lado, a notável ampliação das facilidades de acesso à Justiça fez com que mais e mais pessoas trouxessem suas pretensões à apreciação judicial, aumentando consideravelmente o número de processos. Com isso, o Poder Judiciário brasileiro sofreu violenta acromegalia, perdendo agilidade. Essa patologia foi agravada por governantes que se valem dela para atrasar o cumprimento das obrigações do Estado para com os cidadãos: o Estado brasileiro (União, Estados e Municípios) transformou-se no maior dos demandistas.

Contudo, não se pode olvidar que a proliferação de demandas foi compensada pelo aumento de órgãos judiciais: os cinco ou seis juízes em atividade nos primeiros anos do Distrito Federal multiplicaram-se, transformando-se em 284. Ao mesmo tempo, a criação da Justiça Federal aliviou substancialmente as varas da Fazenda Pública.

Em vez dos sete desembargadores existentes nos primeiros anos, no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios assentam-se 35 desembargadores, cuja jurisdição territorial restringiu-se com o desaparecimento dos territórios. Não se pode esquecer o advento da jurisdição de pequenas causas, que afastou do tribunal a maioria dos processos. Também devemos levar em conta as revolucionárias facilidades trazidas pelos recursos eletrônicos.

Foram outras, portanto, as circunstâncias que geraram o desmesurado número de processos à espera de solução.

Essa crônica – simples exercício de memorialismo sentimental – não comporta maior aprofundamento em seara tão tormentosa. Não posso, entretanto, furtar-me ao registro de algumas concausas: ▷

■ **Erro de perspectiva.** O Código de Processo Civil de 1973 – admirável exemplo de precisão científica – cometeu um erro de perspectiva ao consagrar a tese de que a sentença (líquida ou ilíquida) corresponde à entrega da prestação jurisdicional. Tal orientação leva o magistrado a trabalhar em três processos subsequentes (conhecimento, liquidação e execução) para, finalmente, entregar ao vitorioso o bem da vida pleiteado.

■ **Juízes doutores.** Ao disciplinar a apuração de mérito, o Judiciário tomou de empréstimo os critérios vigentes na vida acadêmica. Assim, o juiz com título de doutor tem preferência nas promoções sobre o colega que se dedica exclusivamente ao ofício de julgar. Isso faz com que os magistrados abandonem suas comarcas, tirando

QUEM MUITO PEDE MUITO CHUTA

Como exemplo da proximidade entre magistrados e causídicos, lembro um fato ocorrido no Campeonato de Profissões Liberais², numa partida em que o time dos advogados (liderado pelos saudosos e excelentes *center-half* Alcino Guedes da Silva e Luiz Miranda) enfrentava os médicos (cujo time era comandado pelos craques Renault Mattos Ribeiro e José Farani). Disputava-se o “campeonato das profissões liberais”.

Partida duríssima: 1x1! Os advogados atacavam, mas a bola recusava-se a entrar no gol. De seu lado, o time dos médicos ameaçava a meta forense.

No intervalo, o Doutor Mário Brasil, Juiz da Segunda Vara da Fazenda Pública, aproxima-se de nosso técnico

“A BREVE EXISTÊNCIA DO PRIMEIRO FÓRUM BRASILIENSE SE CONSTITUIU DE TRAGÉDIAS E COMÉDIAS. AOS POUCOS, A UNIDADE FOI-SE DISSOLVENDO: SAIU O TFR, DEPOIS O TSE. EM POUCOS ANOS JÁ NÃO EXISTIA QUALQUER DOS PRIMEIROS INQUILINOS. O BLOCO VI FOI INTEIRAMENTE OCUPADO PELO PODER EXECUTIVO.”

licenças, para se dedicarem à defesa de teses acadêmicas. Resultado: a formação de tribunais compostos de magistrados eruditos, mas inteiramente divorciados da realidade social.

■ **Juízes burocratas.** Em flagrante desrespeito à Lei Orgânica da Magistratura, os tribunais requisitam juízes de primeiro grau para servirem como assessores nos gabinetes de ministros e desembargadores. Tais magistrados, “requisitados para auxílio”, embora afastados da jurisdição, preterem, em futuras promoções, aqueles que se mantêm no exercício da função para a qual foram investidos.

■ **Excesso nas convocações para substituição de desembargadores.** Enquanto os titulares gozam licença sob os mais diversos pretextos, juízes de primeiro grau abandonam seus processos para substituírem o desembargador licenciado. Enquanto isso, comarca abandonada é entregue a um juiz substituto que, normalmente, vive a circular – como cigano – em diversas varas abandonadas pelos respectivos titulares.

■ **Extinção das férias coletivas nos tribunais.** Os males resultantes dessa infeliz novidade já estão devidamente reconhecidos e proclamados por sua inspiradora e maior defensora: a Ordem dos Advogados do Brasil. Dispensam comentários.

No velho Bloco VI, semelhantes mazelas não existiam: todos sabiam que o processo distribuído à Primeira Vara da Fazenda seria despachado e julgado pelo Juiz Leal Fagundes, assim como aqueles destinados à Segunda Vara estariam sob cuidados do Juiz Mário Brasil.

Embora lenta como em qualquer parte do mundo, a justiça praticada no Bloco VI funcionava: os litígios normalmente chegavam a termo. Não existia o acúmulo de autos que, hoje, chega a comprometer fisicamente a estrutura dos prédios onde funcionam órgãos judiciais.

(o também saudoso Bulcão de Moraes) e aponta para um dos integrantes do banco de reserva e inspirado compositor de sambas-enredo:

– Por que vocês não o colocam para jogar? Na certa, ele fará o gol da vitória!

Surpreso, Bulcão indaga:

– Ele é bom de bola?

Resposta do experiente magistrado:

– Isso eu não sei, mas se ele joga tão bem quanto advoga, com certeza vai fazer o gol de que vocês precisam.

– Como assim, Dr. Mário?

– De Direito ele nada entende, mas é tão insistente, pede tanto que termina conseguindo o que quer. Não tenho dúvida: ele vai chutar tanto que acabará fazendo um gol. Ponham o homem para jogar!

FESTA ELEITORAL

De dois em dois anos, o Bloco V entrava em festa, transformando-se em palco de um dos mais importantes acontecimentos da nova capital: a eleição dos novos conselheiros da OAB-DF. Nesse dia, o prédio recebia todos os advogados brasilienses. Seu recinto e os átrios do quinto e do sexto andares enchiam-se de cartazes e candidatos à procura de votos. Tudo se desenvolvia em ordem, e com bom-humor. Ao final da apuração, vencidos e vencedores confraternizavam. Disputei várias dessas eleições!

Naquele tempo, o Conselho Seccional da OAB se configurava verdadeiro parlamento, cujos integrantes eram eleitos em assembleia geral, pelos advogados. O eleitor era livre para sufragar dezoito colegas de sua confiança. Feita a apuração, os dezoito mais votados tornavam-se conselheiros. No melhor estilo parlamentar, os eleitos escolhiam o presidente e os integrantes dos órgãos fracionários (diretoria e comissões).

O velho sistema gerava colegiados, representativos das diversas linhas de pensamento. Nos antigos conselhos, as minorias estavam representadas, com voz e voto. Havia oposição – indispensável ao salutar exercício da democracia. A multiplicidade de tendências ideológicas e profissionais dava ensejo a constantes debates, ao longo dos quais se gerava a melhor solução, a atitude mais prudente. Aconselhado pelo colegiado, o presidente tinha segurança de estar representando a efetiva vontade dos advogados.

A dialética produzia decisões legítimas.

CHAPA DO REGAL

O sistema de votações abertas não impedia a formação de chapas ecléticas³, integradas por advogados afinados em determinadas teses.

Nas proximidades do pleito, circulavam diversas relações de candidatos. Entre elas, a “Chapa do Regal” – um irreverente serventário da vara criminal. Regal agrupava em sua chapa os advogados de menor conceito no Bloco VI.

“Chapa do Regal” tornou-se eufemismo para qualificar advogados de baixo conceito.

Na véspera das eleições eu virava marqueteiro. Passava a noite criando *slogans*, imaginando *charges* (transformadas em cartazes pelo excelente artista plástico Siroba). Na manhã seguinte, com meus correligionários, cuidava de pregar os cartazes em lugares estratégicos.

A uma chapa rival, constituída por apenas sete nomes, dei o apelido de “Sete Pragas do Egipto”. O cartaz levou às gargalhadas o próprio líder da chapa.

Em outra oportunidade, apliquei um golpe de judô: os integrantes de uma chapa contrária à nossa compraram uma página do *Correio Braziliense* e preencheram-na com as fotografias e os respectivos currículos de seus integrantes. Por infeliz (para eles) coincidência, nessa mesma edição o *Correio* publicou página inteira contendo lista de ofertas do recém-inaugurado Supermercado Jumbo (atual Pão de Açúcar). As mercadorias postas em destaque eram mostradas em fotografias encimando os respectivos preços. A paginação era extremamente parecida com a adotada pelos candidatos.

Ao ver os dois anúncios, tive inspiração diabólica: recortei as duas folhas e coleí-as, lado a lado, em uma cartolina. Sobre os anúncios confrontados, escrevi – em letras graúdas – singelo questionamento: “ESTÁ A ORDEM EM LIQUIDAÇÃO?”.

O cartaz chegou a ser exposto, mas foi retirado a pedido dos autores da infeliz propaganda.

De qualquer modo, aproveitamos o impulso do adversário para levá-lo ao chão: aplicamos-lhe um autêntico IPPON.

CIDADANIA

O Conselho da OAB ocupava, no quarto andar, uma área onde funcionavam a secretaria e o gabinete da Presidência e despachavam os conselheiros integrantes de comissões. Nesse pequeno espaço eram atendidas todas as funções da Ordem. Pequeno era também o número de servidores: Lia, Solange, Sandra, Vera e João. Dessa equipe, apenas João Rocha permanece como funcionário da OAB.

A sala de reuniões ficava no terceiro andar. Três bancadas unidas em forma de U, uma pequena mesa para a secretária e algumas cadeiras para a plateia – móveis emprestados pelo Tribunal Federal de Recursos. Garçom não havia – tampouco geladeira ou filtro. Quem estava com sede, tinha que procurar um vigia a serviço do TFR. Ele dispunha de uma chave que dava acesso à sala de lanches dos ministros. Com generosidade samaritana, ele fornecia ao sedento um copo d’água gelada. Nesse ambiente espartano reunia-se o Conselho, em sessões que muitas vezes prolongavam-se até meia-noite. Saíamos cansados, famintos, sedentos, mas com a sensação de que honráramos nosso mandato.

Os debates acalorados envolviam grande variedade de assuntos: incompatibilidades, impedimentos, registros de sociedades etc.

Havia questões insólitas. Uma delas: o relator de um pedido de registro societário queria baixar em diligência o processo, para esclarecimento de aparente contradição contida na cláusula que disciplinava a gestão da futura pessoa jurídica. O dispositivo malsinado dizia que as decisões seriam tomadas “por maioria absoluta”. Ora, observou o relator: Como falar em maioria absoluta se são apenas dois os sócios? Após alguma discussão, venceu a lógica matemática, neste silogismo: se maioria absoluta é metade mais um, maioria absoluta de dois é metade de dois (1), mais a outra metade (1). Vale dizer: maioria absoluta de dois é um mais um, ou seja: dois. Em suma, maioria absoluta de dois é a unanimidade.

Outro debate que me ficou na memória envolveu uma alteração no Regimento de Custas. O TJDF, a pretexto de fazer a correção monetária dos valores expressos em moeda, “corrigiu” as percentagens. Assim, as custas de dois por cento sobre o valor da causa subiram para cinco por cento, e assim por diante. O colegiado, atento ao interesse dos advogados, oficiou ao Procurador-Geral da República (então o ex-Conselheiro F. M. Xavier de Albuquerque), que prontamente levou o tribunal à reparação da anomalia.

Minha primeira investidura no Conselho cobriu o biênio 1968-70. Nessa época, um dos assuntos dominantes era a dificuldade enfrentada pelos advogados de presos políticos. Nas manifestações corajosas e eloquentes, irmanavam-se conselheiros das mais diversas tendências ideológicas. Foram momentos em que a cidadania atingiu altos níveis. Recordo-os com muito orgulho.

CONHAQUE FUNDADOR

A Comissão de Defesa e Assistência da OAB-DF foi instituída em meu primeiro mandato de conselheiro. Antônio Ponce, Pedro Vieira e eu a integramos, em sua primeira composição. Em tempo de autoritarismo, trabalhamos um bocado. No entanto, meu primeiro trabalho para a Comissão nada teve com o regime militar. Começou de maneira insólita.

Pleno mês de junho, frio de lascar. Naquele tempo, em Brasília, fazia frio! Três horas da manhã, o telefone chama. Deixo o cobertor e me levanto. Saio do quarto, atravesso a sala e atendo: ▶

– Dr. Humberto, sou o Delegado George Viana. Desculpe acordá-lo nesta hora. Faça isso por indicação do Presidente da OAB. É que necessito submeter um advogado a exame de dosagem etílica e, para tanto, preciso de um conselheiro da OAB para assisti-lo.

Não vacilei. Troquei o pijama pelo terno, aprumei a gravata e dirigi-me à porta de saída. No caminho, enxerguei o minúsculo bar. Lembrei o conhaque que acabara de comprar e aguardava um bom momento para inaugurar. Aquele frio era uma oportunidade insuperável. Abri a portinhola, apanhei a garrafa e me preparei para abrir. Em verdade, não era exatamente um *cognac*, mas um Fundador – brandy espanhol que, para mim, ainda hoje nada deve aos desti-

INQUILINO TRANQUILO

De todos os inquilinos do Bloco VI, o mais tranquilo era a Auditoria Militar. Lembrávamo-nos dela somente quando aparecia algum soldado discretamente escoltado por dois colegas. Os três militares subiam em elevador comum, sem chamar a atenção.

O golpe militar de 1964 quebrou a tranquilidade: a Auditoria transformou-se em centro de agitação. Em lugar de discretos soldados escoltando colegas, os elevadores do Bloco VI passaram a transportar presos políticos. Nessa época, um episódio tragicômico tornou-se objeto de comentários.

Entre os advogados frequentadores do Bloco VI, um se destacava pela gentileza e discreta elegância: Tomás

“APÓS DOBRAR O CABO DA BOA ESPERANÇA, OLHO COM SAUDADE PARA O EDIFÍCIO QUE ENVELHECEU COMIGO – O PONTO DE ENCONTRO DA EXTINTA FAMÍLIA FORENSE. EM NOSSO TRADICIONAL DESLEIXO PARA COM SÍMBOLOS HISTÓRICOS, SIMPLEMENTE, DESPREZAMOS NOSSO PRIMEIRO FÓRUM, O VELHO ‘BLOCO VI.’”

lados franceses. Retirada a tampa, apanhei um daqueles copos bojudos, próprios para a degustação de destilados.

Não cheguei a derramar o precioso líquido. Bateu-me a preocupação: se vou, na condição de conselheiro, conduzir um colega a exame de embriaguez, como poderei apresentar-me com cheiro de álcool?

Advertido de que o dever me convocava, abortei a degustação. Sóbrio, mas frustrado, parti para a delegacia. Lá, encontrei o Delegado George. Sentado em um banco, cara de pouquíssimos amigos, o advogado a ser examinado me esperava. Era o José Antônio uma boa pessoa, mas dependente de álcool e, por isso, típico “Chapa do Regal”. Estava detido sob acusação de haver batido na esposa. Pedi ao delegado para conduzi-lo em meu automóvel. Não houve objeção. O policial mostrou-se até aliviado com minha proposta.

No IML estava de plantão o Dr. Isaac Barreto Ribeiro⁴, excelente pessoa. Ao nos receber, dirigiu-se a José Antônio:

– Vamos ver se você está bêbado. Faça um quatro...

O advogado prontamente cruzou a perna esquerda sobre o joelho direito, formando a figura do algarismo 4. Após observar o examinando de pé, sobre uma só perna, o médico decretou:

– Você não está bêbado.

Enquanto esperávamos a lavratura do laudo, Dr. Isaac aproveitou uma chegada do acusado ao banheiro. Pegando-me pelo braço, esclareceu:

– Não pense mal. O Dr. José Antônio e o delegado são cunhados; ele e a mulher brigam constantemente, trocam sopapos; ela se queixa ao irmão que prende o cunhado. Isso acontece quase todo mês. Já estou acostumado!

Assim que o advogado voltou, o legista me liberou:

– Mandarei o laudo diretamente para a delegacia; por favor, leve o Doutor à casa dele.

Deixei Zé Antônio em sua casa. Cheguei em minha casa às cinco horas da manhã. Não deu mais para bebericar meu sonhado Fundador. Inda hoje carrego a frustração.

Miguel Pressburger. Bem apessoado, roupas bem cortadas, portando um cachimbo do tipo *Sherlock Holmes*, ele mais parecia um lorde inglês.

Em operação espalhafatosa, os serviços de segurança revolucionária capturaram Pressburger e – rotulando-o como “elemento feroz e nocivo ao bem-estar social”⁵ – encarceraram-no em regime de incomunicabilidade.

QUEBRA DE INCOMUNICABILIDADE

Ao tomar conhecimento de que nosso colega estava preso e incomunicável, a Comissão de Defesa e Assistência, integrada por Moacir Belchior, Pedro Soares Viera e eu, movimentou-se para visitar o detento e levar-lhe algum conforto. Essa tarefa foi facilitada pela atitude firme do Capitão Uchoa (atual General Paulo Roberto Uchoa – Secretário da Secretaria Nacional Antidrogas). Correndo o risco de cansar o leitor, passo a narrar o episódio que parece relevante para a história da OAB-DF.

Quando chegamos ao quartel do BGP e expusemos o objetivo de nossa visita, o sentinela chamou um sargento, que *secamente* informou-nos:

– O preso não pode receber visitas; vê-lo, só com autorização superior!

A grosseria do sargento não surpreendeu. Sabíamos que dificilmente conseguiríamos, em Brasília, a tal autorização. Para obtê-la, teríamos que conseguir um salvo-conduto emitido pelo Superior Tribunal Militar. Como o STM ainda não mudara para Brasília, a obtenção da ordem requisitória viagem ao Rio de Janeiro e demoraria vários dias. A viagem teria de ser feita às nossas custas, porque a OAB-DF não dispunha de dinheiro.

Tentamos, contudo, argumentar. Desfiamos argumentos, invocamos direitos humanos, falamos em Estado de Direito. Impaciente, o militar cortou a conversa:

– Cumpro ordens superiores. Nada posso fazer!

A referência a uma autoridade superior inspirou-nos a pergunta:

– Quem é o oficial de dia?

A resposta encheu-me de ânimo:

– É o Capitão Uchoa.

Minha alegria tinha uma razão. Havia poucos dias, eu recebera de um ex-colega do Colégio Guido de Fontgalland – o Capitão Paulo Sylvio Uchoa Mascarenhas – um convite para almoçar no quartel. Durante o almoço, Paulo me apresentou ao Capitão Uchoa, seu primo e cunhado. A apresentação gerou animada conversa, centrada em coisas de Alagoas – Estado onde nascera o pai do Capitão Uchoa. A lembrança dessa conversa deu-me ânimo.

Em tom imperativo, dissemos ao Sargento:

– Então, vá chamar o Capitão. Nós o conhecemos.

Nossa “ordem” foi acatada. O sargento retirou-se. Voltou em menos de cinco minutos:

– Acompanhem-me!

Na sala do oficial de dia, o jovem oficial não tergiversou. Imediatamente determinou que o sargento nos conduzisse à cela onde estava o preso. Encontramos Pressburger em lastimoso estado, numa jaula. A masmorra não dispunha, mesmo, de local onde seu ocupante pudesse sentar. Não havia, sequer, um tamborete à disposição do “perigoso conspirador”. Somente à noite forneciam-lhe um colchonetete – retirado ao toque de alvorada.

Por ordem do Capitão, foram colocadas uma cama e uma mesa com cadeira que devolveram ao prisioneiro o mínimo de conforto necessário ao resgate da dignidade. Obtivemos, ainda, permissão para levar alguns livros solicitados pelo detento. Ele, porém, continuou preso.

Esse registro vale como homenagem e agradecimento ao General Paulo Roberto Uchoa – atual titular da Secretaria Antidrogas. Esse ilustre militar, cuja folha de serviços honra nossas Forças Armadas, era o Capitão Uchoa, oficial de dia que não vacilou em desafiar a fúria dos verdugos.

FEROZ E NOCIVO

Numa tarde, em pleno expediente, um veículo militar despejou acintosamente, em frente ao Bloco VI, uma parelha de recrutas, conduzindo Pressburger algemado, para transportar o perigoso réu à Auditoria Militar, onde seria interrogado. O preso, obediente, entrou no elevador requisitado para transportá-lo. Após marcarem o andar correspondente à Auditoria, os condutores retiraram-se do elevador, para esperar a chegada do sargento comandante da escolta.

Os modernos elevadores que equipavam os edifícios da Esplanada eram rápidos e funcionavam automaticamente.⁶ Assim, enquanto os recrutas aguardavam, fecharam-se as portas e o preso, sozinho, desapareceu atrás

delas. Foi um desespero: os dois praças, após algumas tentativas para abortar a partida do elevador, lançaram-se – pistolas à mão – escadas acima, em desesperada corrida. As pessoas que se encontravam no *hall* aguardaram, preocupadas, uma eventual tragédia.

A expectativa frustrou-se: em poucos minutos – tempo suficiente para que o elevador fizesse o percurso de ida e volta – novamente abriram-se as portas, revelando o impassível e elegante Pressburger, na exata posição assumida ao cumprir a ordem de seus carcereiros. Com as exceções do furibundo sargento e do comedido preso, ninguém conseguiu conter o sorriso.

Felizmente, o Doutor Tomaz Miguel Pressburger livrou-se do processo, sem sofrer condenação. Embora fosse indubitavelmente intelectual de esquerda, ele estava longe de ser um potencial terrorista.

BRASÍLIA EM MORA

Assim foi a breve existência do primeiro Fórum brasileiro: tragédias, comédias. Aos poucos, a unidade foi-se dissolvendo: saiu o TFR, depois o TSE. Em poucos anos já não existia qualquer dos primeiros inquilinos. O Bloco VI foi inteiramente ocupado pelo Poder Executivo.

Recém-formado e recém-chegado a Brasília, iniciei no Bloco VI, e nesse ambiente, minha vida profissional. Nele, fiz as primeiras travessias, na pequena cabotagem que era minha incipiente advocacia. Ele foi, para mim, uma espécie de creche profissional.

Hoje, após dobrar o Cabo da Boa Esperança, olho com saudade para o edifício que envelheceu comigo. Continuo a enxergá-lo como o Fórum de Brasília – o ponto de encontro da hoje extinta família forense.

O Fórum desapareceu, a família forense sofreu impiedosa diáspora: espalhou-se; dissolveu-se; multiplicou-se em diversas nações, cujos membros já não se conhecem nem falam a mesma língua. Como os descendentes da mítica Babel, tendem a olhar com desconfiança os demais grupos.

O Fórum de Brasília, que deveria ter legado às demais unidades federadas o exemplo da cortesia e confiança mútua, rendeu-se à tradicional má-vontade que vige nos demais pretórios.

Em nosso tradicional desleixo para com os símbolos históricos, simplesmente esquecemos nosso primeiro Fórum e desprezamos o velho Bloco VI.

Passados cinquenta anos, os antigos inquilinos (TRF, TJDF, OAB, MP, Associação dos Serventuários etc.) deveriam, pelo menos, fincar em frente ao Bloco VI um simples marco, assinalando nosso primordial domicílio. Brasília está em mora. ■

NOTAS

- 1 O Bloco VI é o sexto edifício da Esplanada dos Ministérios, a contar do Bloco I (lindeiro ao Ministério das Relações Exteriores). Atualmente abriga o Ministério da Cultura. Mais recentemente, um outro prédio foi construído entre o velho Bloco VI e a Catedral. Também a numeração foi alterada, adotando-se o critério alfabético. Assim, o bloco mais moderno passou a ser A, enquanto o antigo VI virou B.
- 2 Na década de sessenta havia um campeonato de futebol, travado entre várias categorias de profissionais liberais (advogados, médicos, engenheiros, contadores etc.).
- 3 Dizia-se que um advogado, perpétuo integrante da “Chapa do Regal”, cuja precariedade intelectual era famosa, chamava “eclesiásticas” tais chapas mistas.
- 4 O Dr. Isaac, alguns anos após, deixou a Medicina para se tornar Promotor de Justiça.
- 5 Com presumida licença de Chico Buarque de Holanda.
- 6 Os elevadores eram, aliás, moderníssimos. Com a voz aveludada de Íris Lettieri, emitiam até instruções aos passageiros: “Toque o número de seu andar; libere a porta” etc.